

## 1

**NAS TEXTURAS DA TERRA**MOVIMENTOS E PRÁTICAS DE CONHECIMENTO ENTRE  
OS QUILOMBOLAS DO MÉDIO VALE DO RIBEIRA\**Alessandra Regina Santos*

**N**este trabalho, proponho refletir como o processo jurídico-administrativo de reconhecimento quilombola se constitui a partir da interseção de saberes e lógicas distintas de percepção do tempo e do espaço. Com base em uma experiência etnográfica entre os moradores de Pedro Cubas, um “Remanescente de Quilombo”, situado no município de Eldorado (SP), e nas peças técnicas que compõem o procedimento de demarcação de suas terras, busco descrever de que maneira esse encontro entre tecnologias e técnicas sensíveis de percepção espacial toma forma e é estabilizado nos documentos. Argumento que o que os habitantes de Pedro Cubas oferecem como trilha para se pensar não se curva à acomodação do tempo linear, do território como superfície ou da genealogia, tal como descrevem os documentos oficiais. Mas que, no ato de fabricar fronteiras e estabelecer direitos territoriais, esse modo singular de organizar o mundo, que é acionado por antropólogos, historiadores, cartógrafos e agrimensores, também opera em seus quintais, no movimento que potencializa a luta pelo território. O presente texto propõe pensar tanto nas imbricações dessas distintas lógicas quanto em seus processos de estabilização.

\* \* \*

Rio Ribeira acima, na altura do quilômetro 96 da Estrada Eldorado/Iporanga (SP-163), é possível avistar, desde a margem direita em que se faz a travessia, a estrada de terra sinuosa que conduz à pequena Vila de Santa Catarina.

\* Este artigo sintetiza algumas das principais ideias desenvolvidas em minhas pesquisas junto aos habitantes de Pedro Cubas, um Remanescente de Comunidade de Quilombo do Vale do Ribeira-SP, e contaram com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, entre 2011 e 2013, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entre 2016 e 2017, e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo n. 2017/02557-3, entre 2017 e 2021.

Povoada por famílias negras, antigos habitantes da região, a vila é compreendida por uma localidade mais ampla, referida por seus moradores ora como bairro, ora como *comunidade de Pedro Cubas*.<sup>1</sup> Como lembram os mais velhos, o início da ocupação daquelas terras ocorreu com a chegada de Gregório Marinho, antepassado que, junto a outros trabalhadores negros escravizados, teria fugido da Fazenda Caiacanga, de propriedade de Miguel Antônio Jorge, filho de comprador de escravos que viveu no século XVIII.<sup>2</sup> Foi assim que, ao longo de uma teia de águas formada pelos afluentes do Rio Ribeira, estabeleceram-se esses *lavradores*, formando pequenos núcleos familiares interligados por trilhas.

Entre os anos de 1998 e 2000, cerca de 59 famílias de Pedro Cubas experimentaram os efeitos do processo jurídico-administrativo de reconhecimento de um território quilombola. Suas terras foram parcialmente tituladas em 2003 pelo governo do estado de São Paulo, com o reconhecimento de uma área que corresponde a 64% do território total.<sup>3</sup> Um dos desdobramentos desse processo foi a divisão da área reivindicada pelo grupo em dois núcleos distintos: *Pedro Cubas de Cima* e *Pedro Cubas de Baixo*. Embora estudos acadêmicos, relatórios antropológicos e peças técnicas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) iterem e reiterem a existência jurídica de dois “Remanescentes de Quilombos”, suas lideranças fazem-nos saber, de antemão, que *Pedro Cubas é uma coisa só*. Essa explicação foi recorrente em diversas conversas com os moradores de Pedro Cubas durante o período em que convivi com algumas de suas famílias durante trabalho de campo realizado entre 2012 e 2013.

Meu primeiro contato com os habitantes de Pedro Cubas já havia ocorrido no ano de 2010, por intermédio de um grupo de estudantes da UFSCar que participaram do Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV) promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) junto às Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira. Em colaboração com esse grupo, realizamos diversas atividades junto à comunidade, como a organização de sua biblioteca, a escrita de projetos e a participação em mobilizações contra as barragens. Em 2012, reestabeleci contato com as famílias de Pedro Cubas e, somente depois do diálogo com suas lideranças, obtive autorização para permanecer na comunidade e desenvolver

1 Utilizo a grafia em itálico como sinalização para os termos enunciados por meus interlocutores em campo; para as citações bibliográficas, opto pela grafia com aspas duplas. Como forma de assegurar uma menor exposição da identidade pessoal de meus interlocutores em campo, todos os nomes de pessoas físicas aqui apresentados são fictícios.

2 ITESP (1998, 2003).

3 Pedro Cubas recebeu titulação definitiva de suas terras, uma área de 3.806,23 hectares, que corresponde apenas parcialmente ao território total, em 16 de abril de 2007 (código do IBGE 3514809). Há em Pedro Cubas aproximadamente 59 famílias, totalizando 222 pessoas, que vivem nas terras banhadas pelo Rio Pedro Cubas, e outros tributários do Rio Ribeira de Iguape, no município de Eldorado Paulista, extremo sul do estado de São Paulo. Para acessar a comunidade, é preciso atravessar de balsa o Rio Ribeira no quilômetro 96 da Estrada Eldorado/Iporanga (SP-163).

minha pesquisa de mestrado. Minha presença como pesquisadora foi autorizada e bem acolhida na comunidade, que já me conhecia de períodos de convívio anteriores. Os anos de 2012 e 2014 marcam, portanto, meu engajamento como pesquisadora junto aos moradores de Pedro Cubas, ocasião em que pude acompanhá-los nos movimentos cotidianos de suas famílias na feitura de seus roçados, nas reuniões de suas Associações Quilombolas, nas mobilizações junto à Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira (EAACONE) e ao Movimento dos Ameaçados por Barragens (MOAB), nas negociações constantes com os órgãos fundiários e ambientais do estado de São Paulo. É a partir desse diálogo e engajamento, que se inicia em 2010 e se estende aos dias atuais, na luta pela terra e por seus modos de existir, que este texto foi escrito.

Assim, a reflexão que proponho aqui recompõe, de certa forma, os percursos que percorri para apreender os sentidos desses diálogos, bem como um esforço em captar aquilo que em campo parecia delinear o encontro entre duas razões: uma que caminha com as almas, desenha e redesenha a paisagem ao longo das estações, dos rituais e das procissões; outro que georreferencia, constrói diagramas, classifica paisagens e garante direitos territoriais.

A primeira refere-se à lógica de experimentação do espaço dos moradores de Pedro Cubas, minhas interlocutoras e meus interlocutores quilombolas, os quais se reconhecem como sendo *gente da terra*. Entre seus habitantes, como procurei demonstrar, as relações que iluminam e dão sentido ao tempo e ao espaço<sup>4</sup> estão implicadas em seu caminhar, no entremear de suas casas, das matas e dos roçados, na duração das atividades constitutivas da habitação, nos laços de reciprocidade tecidos nos *puxirões*, nas texturas da terra, na lógica de circulação por todo o território que confirma alianças como forma de defesa dele. Movimento que se repete e é atualizado quando as pessoas pisam o chão de terra e atravessam os rios enquanto caminham com as almas, com os seres subaquáticos (*gente da água*) e com os técnicos do INCRA.

A outra se refere a pessoas que fazem uso de certa razão estatal – como os cartógrafos, agrimensores, antropólogos e cientistas sociais –, as quais chamei de “gente dos papéis”. Pessoas com as quais os habitantes de Pedro Cubas tecem alianças em seus quintais, em seus caminhos, para poder, frente ao Estado, garantir sua terra. Argumento que para a gente dos papéis, a experiência sensível do caminhar também está implicada em suas práticas, percepções e em seus modos de conhecer, mas cujo “pensar sobre o mundo” envolve compartimentar paisagens, classificar e estabelecer padrões de usos

4 Brightman ([2012] 2021).

da terra (com base em seus usos econômicos e políticos), localizar limites e confrontações, definir pertencimentos e traçar cadeias de ligações genealógicas. Um processo de composição de mundo que converte o movimento em intervalos, a duração em instantes sucessivos, que traduz a experiência local e particular do “ser no mundo” em “visão panorâmica”,<sup>5</sup> perspectiva a partir da qual se obtém o território visto do alto.

Nessa elaboração, proponho explorar como o processo jurídico-administrativo de autorreconhecimento de Pedro Cubas se constitui a partir da interseção entre esses modos distintos de ver e produzir conhecimentos. Com base em meus dados de campo e nas peças técnicas referentes a esse processo (mapas de levantamento planimétrico, croquis de uso e ocupação, memoriais descritivos e relatórios antropológicos), busco delinear de que maneira esse encontro entre tecnologias e técnicas sensíveis de percepção espacial toma forma e é estabilizado nos documentos.

Em meio a esses procedimentos, a produção antropológica ora se aproxima do campo de conhecimento cartográfico, quando indica que os fundamentos da ocupação e territorialidade quilombola devem ser lidos por meio de uma concepção abstrata e substancialista da terra e das relações que nela se promulgam, ora se realiza numa abordagem mais consoante às práticas e concepções quilombolas, ao buscar descrever e trazer à tona um modo de existir nessas localidades, que se organiza em torno de percepções singulares sobre caminhos, trajetos e roçados que orientam relações e a luta permanente dessas populações pela manutenção de suas terras.

Nos procedimentos de identificação e delimitação, sob a tentativa de tradução, as práticas relacionadas às percepções espaciais dos habitantes de Pedro Cubas são descritas por antropólogos e cientistas sociais a partir de parâmetros conceituais definidos em normativas editadas pelo INCRA, instrumento jurídico que regulamenta a confecção dos Relatórios Antropológicos, dentre outras peças técnicas demandadas no procedimento de titulação coletiva de um território quilombola – cujas definições indicaram uma forma de ocupação territorial associada a concepções cartesianas e econômicas do território.<sup>6</sup>

Vale ressaltar que a ênfase analítica nessa distinção acompanha uma percepção quilombola de que sua luta pela terra depende de alianças pontuais com práticas de conhecimento identificadas como “técnicas”, que se realizam sob

5 Ingold (2000).

6 A acepção de território acionada neste texto remete à categoria mobilizada no contexto dos processos de identificação e reconhecimento dos direitos territoriais quilombolas. Embora o conceito de território também se constitua como objeto de reflexão de meus interlocutores quilombolas, sendo acionado por suas lideranças no âmbito de suas lutas, espaços de disputa e negociações políticas, não é em torno dessas mobilizações conceituais locais que as reflexões aqui propostas estão colocadas. Neste texto, interessa-me pensar, comparar e contrastar tecnologias e técnicas sensíveis de percepção do tempo e do espaço.

demanda administrativa. A importância em explicitar esse contraste é demonstrar que, sendo distintos, é a partir do encontro entre esses modos de conhecer e promulgar o mundo que o território de Pedro Cubas se torna reconhecível aos olhos do Estado. E isso é fundamental, pois a garantia da permanência das populações quilombolas em suas terras permite que seus habitantes continuem a se deslocar para firmar seu compromisso contínuo com a terra, com seus antepassados e com suas famílias.

O exercício aqui proposto é tornar visível o modo como determinadas práticas e acepções de tempo e espaço são operadas no processo de composição das peças técnicas que permitem o reconhecimento jurídico-administrativo de um território quilombola. O presente texto propõe pensar tanto nas imbricações dessas práticas quanto em seus processos de estabilização em artefatos-documentos. Seguir a estratégia etnográfica do contraste permitiu mostrar as tensões, equívocos, embates conceituais e acordos que emergem do encontro pragmático entre esses modos distintos de ver, conhecer e mapear o mundo.<sup>7</sup>

## Fazer a roça no sistema dos antigos

É na experiência do caminhar e no compromisso contínuo com a terra que a existência dos habitantes de Pedro Cubas se produz e se entrelaça ao lugar que vivenciam. Em um contexto marcado pelo contínuo ir e vir de seus habitantes entre as *trilhas dos antigos*, as roças e seus espaços complementares (quintais, terreiros, matas, rios e caminhos) emergem como domínio central em torno do qual os moradores de Pedro Cubas se relacionam, produzem conhecimentos e lutam pela permanência em suas terras.

Como em outras localidades quilombolas do Vale do Ribeira, em Pedro Cubas *fazer a roça no sistema dos antigos* é um tema importante para os moradores. Fazer a roça, para essas populações, envolve ciclos de deslocamentos, técnicas sensíveis de manejo e conhecimentos específicos relacionados a formas de perceber, identificar e classificar os diferentes espaços de cultivo. Esses conhecimentos orientam as decisões sobre o *tipo de plantar e de colher* nesses espaços e estão interligados à maneira como os quilombolas de Pedro Cubas pensam e estabelecem relações com os múltiplos seres que habitam esses ambientes.

Os mais antigos moradores usam o termo *capuava* para se referirem às áreas de plantio distantes das casas habitadas por suas famílias. *É lugar que se*

7 Viveiros de Castro ([2004] 2021), Almeida, M. W. B. ([2013] 2021).

*trabalha longe*. A longa permanência de seus habitantes nos espaços que compreendem suas *capuavas*, roças e roçados ou na própria mata, muitas vezes torna inviável o retorno diário a suas casas. Assim, moradias provisórias são edificadas para que eles possam dormir e estocar os alimentos produzidos. Tais edificações são designadas por *paiol* ou *tarimba*. Ao final de um ciclo de trabalho, que pode durar dias ou semanas, os moradores voltam a suas casas, próximas à Vila de Santa Catarina.

Uma característica marcante das casas em Pedro Cubas é a sua transformação contínua, do ponto de vista de sua composição material e sua disposição espacial ao longo do tempo. As cozinhas, construídas ao lado da estrutura principal, quase sempre estão voltadas aos *quintais*, onde são cultivados determinados pés de fruta e ervas. De tempos em tempos, são reconstruídas e deslocadas. Esse deslocamento das moradas se circunscreve a uma área chamada por seus moradores de *terreno* ou *sítio*, cujo sistema de posse e gestão é familiar.

Na constituição dessas múltiplas práticas e trajetos diários, as moradas em Pedro Cubas constituem uma referência de permanência para a experiência familiar cotidiana, ao passo que a roça se faz como um domínio em contínuo movimento. O modo como esses espaços são constituídos, pensados e vivenciados permite apontar como os quilombolas de Pedro Cubas, à sua maneira, desenham continuidades e descontinuidades, nem sempre visíveis entre os distintos lugares.

Como as pessoas, as roças também se deslocam na paisagem de acordo com uma temporalidade específica. A permanência de uma roça num mesmo lugar ao longo de um ciclo de cultivos pode durar até dois anos. Embora estejam em constante movimento e sendo continuamente refeitas, as roças podem ser transmitidas pelas famílias ao longo das gerações. Uma mesma família pode ter roças e *capuavas* em diferentes localidades. As roças de arroz, de milho e de feijão são os tipos mais encontrados nesses espaços de cultivo e demandam formas coletivas de trabalho, chamadas localmente de *puxirões*. *Puxirão* é o termo utilizado pelos habitantes de Pedro Cubas para se referirem ao trabalho conjunto de moradores em torno de atividades como a *roçada* (abertura de grandes áreas para as roças), o plantio, a colheita e a *quebragem*, assim como para barrear paredes de casas de pau a pique e *varação* de canoas. Os *puxirões* podem envolver algumas famílias ou toda a localidade e são organizados pelo *dono do puxirão*. Ao final de um dia de trabalho, ele é o responsável por fornecer a alimentação. *No puxirão, o almoço é o pagamento. Se for o dia todo, é baile*.

O que determina a abertura de uma *capuava* é o tipo de *plantar* e de *colher*. São denominados *capoeirão* a mata virgem derrubada pela primeira vez para abertura do roçado; *capoeira*, a roça *encapoeirada* pela mata e que será

limpa e utilizada pela segunda vez; *capoeira fina ou capoeirinha fina*, a roça aberta pela terceira vez; e *tiguera*, a roça utilizada com frequência para o plantio. Ao me explicar como reconhecer um bom solo para se plantar, Sr. Sebastião enfatiza que para identificar uma *terra boa* para o cultivo é preciso perceber sua textura, seu cheiro e a presença de determinados seres.

Pegue um punhado de terra nas mãos e amasse: se a terra sair pelas mãos é porque ela não está firme, se não encontrar minhoca e não sentir seu cheiro, não está boa para plantio. Se estiver boa: retire um pouco da terra, faça um berço, coloque esterco, depois o palmito e jogue o capim por cima. Não pode colocar o capim por baixo para não azedar. Em alguns dias, retorna-se ao local para roçar a plantação. Quem trabalha no sistema dos antigos não precisa jogar veneno. Mas os outros agricultores não gostam desse sistema, jogam veneno e com isso matam também o palmito.<sup>8</sup>

A descrição do Sr. Sebastião demonstra algumas características observadas em uma boa terra para o plantio. Nesse processo de identificação, diversas outras variáveis são consideradas, como o tipo de plantas e seres que habitam aquele ambiente. Uma boa roça para o plantio do arroz, desse modo, levará em conta a umidade do solo e da vegetação e, para o milho, os indicativos serão as árvores guapuruvu, a figueira e a *guararema*.

No entanto, *fazer a roça no sistema dos antigos* é também compreender que *há uma época pra tudo*. O tempo de *roçar o mato miúdo* (junho), o tempo da *derrubada da mata* (agosto) e o *tempo da queimada* (quinze dias após a derrubada). Essa dinâmica espacial e temporal está relacionada aos preparativos que antecedem o *tempo das chuvas*. De modo semelhante, o tempo de plantio ocorre nos *meses que não têm “r”* – maio, junho, julho, agosto – e em lua minguante, para que a semente demore a crescer, e as colheitas ocorram entre os meses de abril e maio. *Quando o tempo das chuvas não vinha, os antigos, que eram muito religiosos, faziam penitência.*

Aqui em Pedro Cubas quando fica um tempo sem chover, o pessoal chama de seca. Como os antigos eram muito religiosos, faziam a penitência. Os antigos iam até a Barra

8 Notas de Caderno de Campo, julho de 2012. Explicações de Sr. Sebastião.

do Ribeira descalços. Chegavam numa baixada, lavavam os pés na água do Ribeira e colocavam seus tamancos para entrar na igreja. Daqui levavam a imagem de Santa Cruz, Santa Luzia e Santa Catarina até a Barra. E de lá, da Igreja-jinha do Batatal, traziam outro Santo que ficava aqui na igreja de Pedro Cubas.<sup>9</sup>

Verificamos aqui que, quando o entremear entre suas casas e roçados cessa, os habitantes de Pedro Cubas tornam a se deslocar na forma da penitência, confirmando o vínculo que estabelecem com a terra e entre si. O relato de Dona Ana e, de maneira geral, as narrativas acionadas por outros moradores enquanto me explicavam sobre o modo de *fazer roça no sistema dos antigos* ensinam que é na experiência do caminhar e no compromisso contínuo com a terra que a existência dos habitantes de Pedro Cubas se promulga e se entrelaça à paisagem que vivenciam. É nos cuidados diários que cercam a roça, no modo como se reúnem para cultivar e celebrar, na maneira como pensam e se relacionam com as sementes, árvores e outros seres que habitam o ambiente, bem como na compreensão dos processos temporais implicados nessas relações.

Essa forma singular de estar no mundo se promulga quando ao menos três gerações diferentes se deslocam para as *capuavas* a fim de derrubar milho – *milho forte, pois é semente dos antigos*. Quando os pais ensinam sobre processos de construção e barreamento de uma casa aos filhos que acabaram de retornar a suas terras, por não terem encontrado vida melhor longe de suas famílias. E quando esses mesmos filhos, apoiados em experiências anteriores e apostando no futuro, insistem para que seus filhos e netos permaneçam *na terra* junto a suas famílias. Nesse processo de constituição de suas roças e de suas moradas, nos trajetos sinuosos entre matas e rios, os habitantes de Pedro Cubas, à sua maneira, conectam passado e presente e jamais deixam de imaginar um futuro em que suas existências estejam inscritas. Existir é uma luta permanente pela manutenção de suas terras, de seu modo de viver e de produzir conhecimento.

## A luta pela terra

Em um contexto marcado pelo contínuo ir e vir dos moradores de Pedro Cubas, outros agentes circulam e atuam em seu território. O acirramento dos conflitos com fazendeiros da região nas décadas de 1970 e 1980 e a insegurança

9 Notas de Caderno de Campo, julho de 2012. Explicações de Dona Ana.



desse período levaram a um processo de deslocamento de sua população, principalmente dos mais jovens, em direção a cidades como São Paulo, Curitiba, Rio de Janeiro e Sorocaba. Essa foi a trajetória de algumas das principais lideranças de Pedro Cubas, como Dona Dalva e Sr. Sebastião, presidentes das Associações Quilombolas de Pedro Cubas de Cima e Pedro Cubas na época em que realizei pesquisa de campo. Partiram jovens, casaram-se, trabalharam, alguns estudaram e reconstruíram suas vidas nessas grandes cidades. A partir do final da década de 1990, há uma inversão desse fluxo de deslocamentos e o retorno de algumas famílias devido às mudanças nas legislações de regularização fundiária que permitiram avançar nos processos de demarcações e efetivação dos direitos territoriais quilombolas. Apesar da longa permanência *fora*, as famílias que retornaram são reconectadas aos núcleos familiares que ficaram.

Ao retornarem, esses moradores trazem consigo um saber, esse sim exógeno, que irá ajudá-los a compor suas associações locais.<sup>10</sup> Esse retorno imprime um novo movimento e uma nova forma de engajamento dos habitantes de Pedro Cubas, que, a partir de então, passam a circular em espaços de diálogo e de disputa política em torno da regulamentação e titulação de suas terras junto aos órgãos estatais. Essa movimentação tem por efeito a aproximação das lideranças de Pedro Cubas de organização políticas locais como o Movimento dos Ameaçados por Barragens/Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras (MOAB/EAAACONE), principal *parceiro* das lutas quilombolas na cidade de Eldorado e na região do Vale do Ribeira. A abertura das primeiras Associações Quilombolas do Vale do Ribeira é resultado dessa aliança entre quilombolas e o MOAB/EAAACONE. A fundação das Associações Quilombolas ocorre logo em seguida, com a chegada e a atuação de outros agentes no Vale do Ribeira, como os antropólogos do Ministério Público Federal (MPF) e os técnicos do Instituto de Terra de São Paulo (ITESP). A luta pela terra entre os quilombolas do Vale do Ribeira começa a ser construída a partir dos inúmeros encontros com essa diversidade de atores que chegam até Eldorado e, junto aos moradores de Pedro Cubas, passam a caminhar em seus quintais e entre seus roçados. Esses encontros promovem ainda a circulação das lideranças locais em torno de espaços políticos como reuniões, audiências e manifestações em Eldorado, São Paulo e Brasília.

10 Essas pessoas, futuras lideranças de Pedro Cubas, ao retornarem no fim dos anos 1990 trazem consigo experiências advindas de um período de grandes dificuldades vividas nas periferias e favelas em que moraram. Situações de vulnerabilidade advindas da condição de subempregados que lhes possibilitaram uma importante compreensão quanto ao cenário político no qual estavam inseridos e as transformações políticas em curso no país. É importante destacar que nesse período, entre final da década de setenta e início da década de oitenta, impulsionados pela crise de uma ditadura civil-militar que assolava o país, ocorrem as grandes greves operárias, a emergência de um partido de massas (Partido dos Trabalhadores – PT), a reorganização de movimentos sindicais (Central Única dos Trabalhadores – CUT), entidades estudantis (União Nacional Estudantil – UNE), movimentos populares urbanos (Movimento Negro Unificado – MNU) e rurais (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST).

O território reivindicado pelos habitantes de Pedro Cubas começou a ser regularizado no final dos anos 1990 e foi parcialmente titulado no início da década de 2000. Esse foi um período de muitas conquistas para os coletivos quilombolas do Vale do Ribeira. As demarcações seguem paralisadas e ameaçadas diante da atual conjuntura da política quilombola. Pedro Cubas de Cima aguarda a titulação. No período em que estive em campo, entre junho e agosto de 2012, não pude acompanhar o trabalho desenvolvido pelos técnicos do Itesp junto às comunidades ainda não demarcadas. Não obstante, frequentemente eu os encontrava nas reuniões e festas, eventos importantes em que as diversas lideranças quilombolas do Vale do Ribeira estavam presentes. Em Pedro Cubas, esse encontro ocorre durante o caminhar da Recomendação das Almas, ritual realizado na noite de Sexta-feira Santa, em que os moradores percorrem uma antiga estrada de terra que liga a Vila de Santa Catarina ao cemitério nas margens do Rio Ribeira, onde seus antepassados foram enterrados.<sup>11</sup> Esse é, portanto, um dos momentos em que ocorre o encontro entre a gente da terra e o que podemos chamar contrastivamente de “a gente dos papéis”. Há ainda outros momentos de encontro: nas reuniões de suas associações e entidades representativas com órgãos fundiários e nas visitas de campo de equipes de técnicos e pesquisadores das universidades. Trata-se de um movimento que as lideranças de Pedro Cubas passaram a compor junto a pessoas que fazem uso de certa lógica estatal, como geógrafos, agrônomos, agrimensores, engenheiros cartográficos e cientistas sociais.

## Peças técnicas

Desde o final da década de 1980, intensos debates políticos, sociais, acadêmicos e jurídicos produziram importantes contribuições para a formulação e a redefinição dos dispositivos constitucionais e normativas que regulamentaram o processo de reconhecimento e demarcação dos territórios quilombolas.<sup>12</sup> Nesse contexto, são diversas as instâncias governamentais, os saberes técnicos e os documentos mobilizados na composição das distintas fases que constituem esse tipo de processo jurídico-administrativo.

<sup>11</sup> Santos (2018).

<sup>12</sup> Almeida, A. (2008), Arruti ([1997] 2021, 2006), Chagas ([2001] 2021), Leite ([2000] 2021), O'Dwyer (1995, 2002, 2010). Segundo o art. 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT): “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, [1988] 2021, p. 155). Atualmente, o processo de regularização fundiária de um Remanescente de Quilombo – o qual envolve os procedimentos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desinversão e titulação coletiva – é regulamentado pelo Decreto Federal 4.887/2007 e pela Instrução Normativa do INCRA IN57.

No Vale do Ribeira-SP, a Fundação Instituto de Terras de São Paulo (ITESP) é o órgão fundiário responsável pela confecção dos Relatórios Técnico-Científicos concernentes aos procedimentos de reconhecimento de remanescentes de quilombos situados no estado de São Paulo. A elaboração de um RTC envolve a circulação de diversos técnicos em Eldorado, visando à produção de relatórios antropológicos, levantamentos fundiários, plantas e memoriais descritivos, cadastros de famílias, levantamentos de áreas sobrepostas, mapas e pareceres conclusivos. Esses documentos, por sua vez, também transitam por um emaranhado de instituições conectadas entre si.

Esse “circuito burocrático-institucional”<sup>13</sup> se inicia com a solicitação para abertura do processo de titulação de um território quilombola junto ao INCRA por meio de um requerimento (oral ou escrito), encaminhado por uma associação quilombola legalmente constituída ou por outras entidades e pessoas interessadas. A caracterização de um Remanescente de Quilombo ocorre mediante autodefinição, que será certificada pela Fundação Cultural Palmares, por meio da emissão da Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidade de Quilombo (artigo 3º IN 57/2009).

A segunda fase desse processo corresponde à identificação e delimitação das terras ocupadas, o qual se fará a partir de indicações da própria comunidade, bem como a partir dos estudos técnicos, científicos e antropológicos, que irão compor as peças técnicas que constituem os Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID). A abertura dos procedimentos para a elaboração do RTID se efetua na constituição de um Grupo de Trabalho, formado por uma equipe multidisciplinar de técnicos nomeados pela Superintendência Regional do INCRA, que, a partir de reuniões previamente realizadas com a comunidade reivindicante para apresentação dos procedimentos adotados, iniciará o estudo de área visando à confecção das peças técnicas. Essas equipes são formadas por engenheiros cartógrafos, técnicos ou engenheiros agrimensores, antropólogos, cientistas sociais, sociólogos, geógrafos, historiadores, agrônomos, engenheiros ambientais, entre outros profissionais.

De modo simplificado, o objetivo geral de um RTID é a construção de uma proposta de perímetro que será apresentada em reunião com as populações do Remanescente de Quilombo objeto da demarcação. Essa apresentação/proposta ocorre diante de um mapa. Em caso de recusa pelo grupo, o RTID tem de ser refeito. Em caso de aceite, o RTID seguirá para análise do Comitê de Decisão Regional do INCRA, que, por sua vez, o encaminhará à Superintendência Regional, à qual caberá a publicação do RTID em Diário Oficial da União.

13 Morawska Vianna ([2014c] 2021).

As fases do processo jurídico-administrativo de reconhecimento e regularização fundiária de um território quilombola, sua divisão em distintas etapas, implicam uma sequência de eventos, com seus respectivos prazos de tramitação e execução, organização e produção de conhecimento. Aqui o “tempo certo” depende da produção de documentos anteriores, das aprovações e contestações desses documentos, da composição da equipe técnica com as quais as populações quilombolas se deparam quando há “visitas a campo”. Sem a constituição da pessoa física quilombola, comprovada por papel, não se tem a fase seguinte.<sup>14</sup> Não é a terra que se segura e se deixa escorrer pelos dedos para perceber se está boa para o plantio, mas sim a capacidade de coletar assinaturas e carimbos em instâncias específicas.

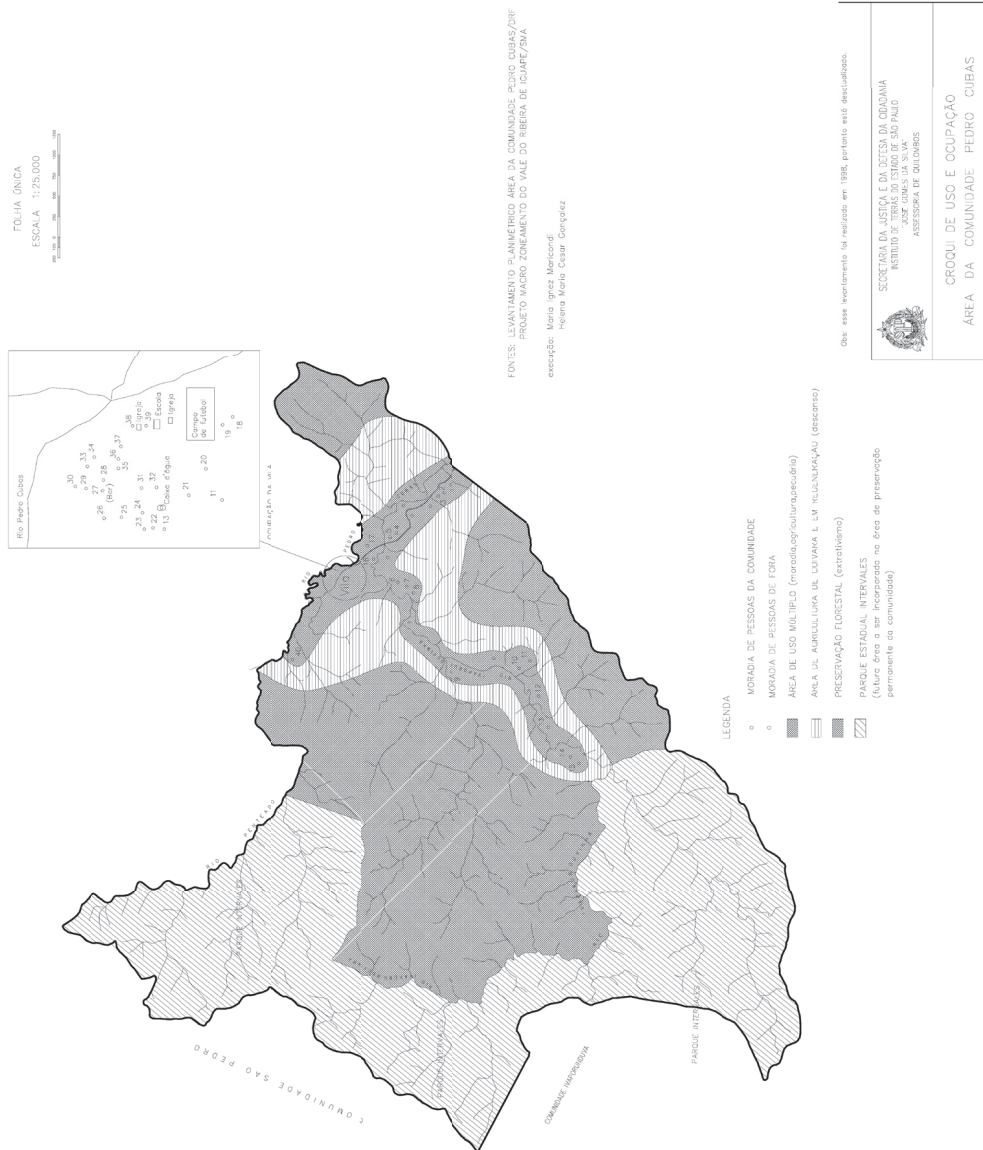
No mundo da “gente dos papéis”, as pessoas circulam na medida em que os papéis circulam. A visita de um antropólogo gerará uma peça técnica (o Relatório Antropológico), que inaugurará a etapa seguinte, com a visita do técnico agrimensor e o engenheiro cartográfico. Elas gerarão ainda outras peças técnicas, o Memorial Descritivo e o Levantamento Topográfico. Em outras palavras, a circulação de técnicos peritos e a mobilização de determinados saberes gerarão documentos que inaugurarão mais uma fase, que mobilizará ainda outros técnicos.

## As roças vistas de cima

As roças revelam aspectos centrais das experiências espaciais constituintes das interações cotidianas dos habitantes de Pedro Cubas. Vivenciadas no vai e vem das famílias que dedicam longos períodos do dia e da semana ao cultivo dessas áreas, as roças também são um dos principais elementos representados nas peças técnicas dos Relatórios de Identificação (RTID). Concebidos como uma esfera da “economia tradicional”, os diferentes espaços abrangidos pelas roças são enfatizados nos mapeamentos como elementos fixos de uma unidade de paisagem homogênea. Nos mapas oficiais (sempre em escala 1:25.000), o território de Pedro Cubas emerge sob a perspectiva de seus usos e de suas finalidades. A imagem evocada é a de uma dinâmica territorial que se realiza em círculos concêntricos.

---

<sup>14</sup> Id. *ibid.*



**Figura 1.1** Croqui: uso e ocupação da área da comunidade de Pedro Cubas.<sup>15</sup>

Seguindo os mapas que compõem as peças técnicas do processo de titulação de Pedro Cubas, a primeira questão que desponta se refere ao conjunto

15 ITESP (1998).

de elementos representados pelas áreas discriminadas no mapeamento estatal, as relações entre elas sugeridas e por elas circunscritas. Como um conjunto de recursos naturais inertes e indiferenciados, o ambiente aqui descrito só adquire contornos sob a ação humana cujas práticas cotidianas se produzem como inscrições culturais sob um pano de fundo natural. Assim, num gradiente máximo de ocupação encontrar-se-iam as moradias ou habitações e seus respectivos quintais, como referência geográfica para o espaço ocupado pelas famílias e o convívio entre elas; as roças de coivara, como um domínio em que a presença e a atividade humana é menos perene e intensiva; em seguida, as áreas reservadas ao extrativismo; e por fim, o domínio das matas em gradientes decrescentes em que as experiências humanas deixam de estar implicadas.

Se, por um lado, a abordagem antropológica, numa tentativa de aproximação das experiências espaciais dos moradores de Pedro Cubas, tende a tornar mais abrangente a noção de “práticas tradicionais de manejo” como um conjunto de habilidades e conhecimento locais, por outro, esse envolvimento é identificado no interior desse processo como uma “estratégia adaptativa” cuja finalidade última é a “sobrevivência e a reprodução do grupo”. Nesse tipo de abordagem, a lógica territorial dos grupos locais passa a ser expressa em termos de uma perspectiva preservacionista de adaptação aos ciclos da natureza e “condição de sua continuidade como grupo social”.<sup>16</sup> Aqui, a percepção de um ambiente provedor ganha força na medida em que apreende as experiências e concepções espaciais locais como estratégias de sobrevivência num processo de transformação em camponeses.<sup>17</sup>

Na produção de dados espaciais compatíveis à linguagem do reconhecimento do direito à terra, o território é enunciado como um suporte físico autônomo, “imprescindível à reprodução física e cultural” de seus ocupantes. Para que essa relação possa ser comprovada, a narrativa que emerge das peças técnicas articula e sobrepõe uma série de informações associada a uma racionalidade que é exterior à dinâmica de relações que a configura.

Para pesquisadores sensíveis às práticas de conhecimento locais, nota-se o cuidado em explicitá-las, como a habilidade de seus moradores em distinguir trechos de vegetação da Mata Atlântica, levando-se em conta o tamanho e a cor de suas folhagens, e as espécies que a circundam. Essas experiências e percepções, contudo, são frequentemente lidas e apreendidas sob termos que se afastam das construções nativas, como as noções de “eficácia produtiva e custo ambiental”, por exemplo.<sup>18</sup> O modelo de organização espacial apresentado pelas

<sup>16</sup> Id., p. 24.

<sup>17</sup> Cardoso ([2013] 2021).

<sup>18</sup> ITESP (1998, 2003).

peças técnicas fragmenta o território em áreas físicas fixas, unidades da paisagem de acordo com as diferentes práticas produtivas e padrões de usos da terra. Tais elementos adquirem papel importante na delimitação do território de uso tradicional, sendo centrais para o processo político e administrativo de reconhecimento de um Remanescente de Quilombo. Nesse sentido, a identificação da espécie de cultivo, os recursos disponíveis ou o modo como esses elementos são manejados em uma determinada área são informações importantes, porém, não suficientes para se determinar a maneira como esses ambientes são vivenciados e apropriados pelos grupos. Não se trata apenas de estabelecer o tipo de atividade a eles relacionada, mas antes de explorar o que podem informar sobre as formas específicas de perceber, conceber e experienciar o mundo desses povos.

Em escala espacial distinta da que é utilizada pelos mapas que compõem o RTID, cito como exemplo os caminhos que interconectam as casas, os quintais, os terreiros, as roças e as taperas percorridos e evocados pelos moradores de Pedro Cubas em suas narrativas/histórias. Caminhos nem sempre ganham contornos nos mapas e podem não ser visualizados por imagens de satélites. No entanto, caminhos são vivenciados por seus habitantes. Não como espaços que conectam os sítios em que situam suas casas ou que os conduzem de um roçado ao outro, mas como domínio em que se adentra, experimenta e aprende. Caminhos conectam seus habitantes entre si e os conectam a seus antepassados. Caminhos que os moradores de Pedro Cubas aprenderam a performar, também junto a outros agentes, como forma de garantir direitos e potencializar suas lutas pelo território.

Seguindo essas trilhas, numa escala mais abrangente, a relação entre casa, terreiros e quintais como cristalização de um domínio de relações, em contínua redefinição, também não ganha existência nas peças técnicas. Segundo a taxonomia estatal, os terreiros tanto poderiam ser identificados como uma área de criação de pequenos animais ou como um pomar doméstico, termos estranhos ao cotidiano de seus moradores. Do mesmo modo, quintais não seriam suficientemente bem definidos como espaços em que se cultivam ervas medicinais. Casas, quintais e terreiros se conectam por meio da produção da domesticidade, mobilizam um intenso e constante esforço para sua manutenção, esforço também verificado nas relações que neles e entre eles se atualizam.

Outro elemento a ser destacado nos mapeamentos estatais é a dinâmica espacial pressuposta nas áreas tomadas como espaços destinados às moradias, entendidas como áreas de uso perene e intensivo. Os croquis de Uso e Ocupação da Área da Comunidade de Pedro Cubas acentuam um ordenamento do espaço no qual se atribui ênfase à localização das moradias (e



disposição espacial das famílias), como um modelo de ocupação centrado e sedentarizado na Vila de Santa Catarina. A delimitação das áreas destinadas às moradias, ocupadas como espaço físico contínuo e permanente, e a identificação das casas (associadas a um sobrenome) como parâmetro para a espacialização dos núcleos familiares são pouco condizentes com as lógicas de organização territorial colocadas em funcionamento à medida que os habitantes de Pedro Cubas se deslocam e estabelecem modos de apropriações específicas com sua base territorial. Movimento que conforma e confirma seus vínculos com a terra e com as pessoas.

É comum em Pedro Cubas que algumas famílias possuam mais de uma casa, geralmente nas proximidades de suas roças, onde passam parte da semana. O relatório antropológico traz informação semelhante, mas ela é pouco explorada no texto e desconsiderada pelos mapeamentos. Em algumas passagens do relatório, é mencionado ser uma prática comum o fato de moradores de áreas mais retiradas manterem casas na Vila para onde se deslocam nos dias de festas e reuniões, entre outras atividades.<sup>19</sup> Essa informação acrescenta elementos à dinâmica de convivência dos habitantes de Pedro Cubas. Talvez, se investigados, pudessem oferecer uma compreensão das relações que conectam os habitantes de Pedro Cubas ao território, pensado não a partir de uma concepção econômica que define padrões de usos da terra e de seus recursos naturais. Unidades estáveis, mensuráveis em termos de distância, mapeáveis como superfície contínua, contígua e uniforme, com seus contornos bem definidos e cores contrastantes. Em vez disso, o território e o movimento dos que nele habitam, conformando domínios descontínuos articulados à diferentes modalidades de relações, com seus contornos (como as curvas sinuosas dos rios e dos caminhos), gradiente de cores e diversidade de métricas (como as durações).

Os mapas das peças técnicas acentuam os elementos visíveis de uma paisagem, como objetos estáveis. Neles a paisagem emerge como totalidade achata-da, com igual ênfase aos rios, aos morros e às trilhas. O mundo como é visto do alto. Entretanto, a questão que se delineia aqui não diz respeito apenas a um problema de escala, mas de perspectiva cujo fundo é ontológico. Envolve a distinção imaginada entre homem e natureza, como entidades independentes e fragmentadas. O que nos descrevem os moradores de Pedro Cubas por meio de seu cotidiano caminhar pelas trilhas dos antigos permite afirmar que o passado não é apenas representado nas genealogias ou nos modelos estáveis de pertencimento por meio da qual só se compreende o vínculo profundo entre a terra e seus habitantes como uma totalidade abstrata e englobante, que se revelaria independente

<sup>19</sup> Id. (2003).



das concepções, práticas, percepções e dos arranjos observados a partir desses sujeitos. Essas narrativas, trajetórias e lugares conformam e são conformados pelos múltiplos movimentos que marcam as relações e experiências cotidianas vivenciadas pelas pessoas.<sup>20</sup> Dinâmicas que se recriam no tempo e no espaço e que se atualizam continuamente à medida que essas pessoas se movem, adquirem e produzem conhecimento. São inúmeros os conjuntos de “linhas e pontos”, “continuidades e fronteiras”<sup>21</sup> que verificamos os habitantes de Pedro Cubas tecerem à medida que se movem incessantemente.

Para os quilombolas, trata-se de compor um modo de ver e de conhecer que se organiza em torno de percepções singulares sobre caminhos, trajetos que orientam as relações que envolvem, de diferentes maneiras, animais, vegetação, pessoas e almas. O trabalho de composição estatal, por sua vez, envolve a classificação de unidades da paisagem, a demarcação do território como um perímetro, entre outras técnicas que oferecem um tipo singular de percepção visual e espacial. Espaços concebidos como conteúdo delimitado e marcação visível (material) *versus* espaço como movimento e demarcação invisível (mental). As experiências de mapeamento, nesse sentido, permitem compreender como linhas e pontos, continuidades e descontinuidades são criados e estabilizados num tipo de documento.

Entretanto, é importante sublinhar a importância desse aparato documental e conjunto de conhecimentos técnicos para o processo de regularização territorial quilombola. Ainda que permeados por tensões, equívocos e assimetrias, são justamente esses diálogos e movimentos que tornam Pedro Cubas visível ao Estado.

## Encontros e equívocos

Projetados em diferentes escalas, dispostos sobre a mesa, afixados às paredes ou em suporte digital, os mapas – como expressão de um modo de ordenar e compreender o mundo – são artefatos gráficos rotineiros para as lideranças das Associações Quilombolas do Vale do Ribeira. Colocados ao centro ou à frente de uma sala onde todos possam vê-los claramente os mapas são frequentemente o ponto de partida de reuniões, seminários e encontros coordenados por órgãos fundiários, agências governamentais locais e ONGs, entre uma diversidade de agentes públicos e privados com atuações políticas específicas nessa região.

<sup>20</sup> Ingold (2000).

<sup>21</sup> Postigo (2010, p. 142).

Nesse contexto, mapas e cartas são permanentemente confeccionados e mobilizados como um dos principais instrumentos técnicos para a gestão de conflitos e a efetivação de políticas de reconhecimento territorial quilombola.

Nesta seção, descrevo uma das reuniões que acompanhei junto aos moradores de um Remanescente de Quilombo e instituições parceiras, realizada em 2013 na Reserva Betary, no município de Iporanga, Vale do Ribeira-SP. Diante dos mapas, quilombolas, agentes-técnicos de ONGs ambientalistas, representantes de movimentos sociais e lideranças quilombolas locais se reuniram com o objetivo de encaminhar uma importante negociação em torno de uma área específica denominada Areias, que se encontrava nessa época nos limites territoriais delineados por estudos antropológicos elaborados pelo ITESP, com vistas ao reconhecimento oficial do Remanescente de Quilombo de Bombas.<sup>22</sup>

Justamente pela diferença ontológica entre as trilhas e os caminhos traçados pelos quilombolas em seu cotidiano e as linhas e os pontos estabelecidos pela técnica cartográfica, deparei-me nessa reunião com alguns desacordos que emergiram do diálogo entre conhecedores quilombolas e técnicos de instituições ambientalistas não governamentais, que podem ser pensados em termos do que Eduardo Viveiros de Castro<sup>23</sup> chamou de equivocações. Refiro-me, em particular, às distintas perspectivas ambientais e histórias de lugares que emergiam durante o desenrolar das negociações.

Seu processo de reconhecimento, no entanto, não avançava por causa de alguns órgãos ambientais, como a Fundação Florestal, instituição vinculada à Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, que alegavam sobreposição da área com o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR). Para solucionar a situação de sobreposição, a Fundação Florestal solicitava um conjunto de estudos técnicos sobre o meio físico, biótico, situação fundiária e sustentabilidade ambiental,<sup>24</sup> a fim de comprovar a importância dessa área para o PETAR.

A morosidade e a incerteza quanto ao reconhecimento do território de Bombas ao longo dos anos contribuíram para o agravamento de um quadro de segregação, violência e expulsão das famílias quilombolas de suas terras. Além do isolamento, da sobreposição ao Parque e dos conflitos com fazendeiros do entorno, a área ocupada por essas famílias quilombolas não dispunha de infraestrutura básica como eletricidade, saneamento básico e estradas de acesso à comunidade. Assim, as famílias quilombolas são constantemente ameaçadas por fazendeiros da região, porque, para acessarem suas casas, pre-

22 Processo administrativo da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo n. 1.186/2002.

23 Viveiros de Castro ([2004] 2021).

24 Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/1682-tiroteio-no-entorno-do-quilombo-de-bombas-escancara-conflitos-fundiarios-no-vale-do-ribeira>. Acesso em: 5 fev. 2020.

cisam se deslocar a pé ou no lombo de animais num percurso de aproximadamente 6 km, por caminhos que atravessam as propriedades destes fazendeiros.

A reunião em que estive presente visava à formulação de uma contraproposta a ser construída por quilombolas e pelas instituições parceiras. Segundo os dados cartográficos da Fundação Florestal, Areias é uma extensa área no interior do território reivindicado pelas famílias quilombolas (24,018 km<sup>2</sup>), muito importante para o PETAR devido ao fato de possuir espécies raras que habitam os rios e as nascentes que abastecem todo o Parque. Para os moradores da Comunidade Quilombola, Areias é uma pequena área que acreditam não estar dentro dos limites de seu território. Quando os técnicos<sup>25</sup> da ONG apontaram no mapa a região que a Fundação Florestal diz chamar Areias, os moradores locais se aproximaram do mapa e disseram que aquela área não era Areias, mas sim Córrego Grande. A área por eles conhecida como Areias era outra. Transcrevo abaixo um trecho do diálogo entre quilombolas e instituições parceiras que juntos buscavam traçar os argumentos para a construção de uma proposta visando ao reconhecimento administrativo do território quilombola:

Josué (quilombola): A comunidade não conhece Córrego Grande por Areia, a comunidade não concorda. Queremos o reconhecimento, mas colocaram outra coisa na frente.

Representante de uma Entidade local: Não tem casas nessa área. Qual a solução que vocês pretendem dar para essa situação? A água que vem para o Parque sai daquela área [Córrego Grande]. Por que essa área é importante para a comunidade? Qual o uso que a comunidade faz? Precisamos atualizar o argumento do RTC [Relatório Antropológico] para continuar os caminhos do processo de negociação.

Paulino (quilombola): Quais dos parceiros são a favor que não se corte a área? Essa área é muito importante para trabalhar com turistas. Área sagrada para comunidade. Não pode fazer roça nessa área, tem que preservar. É histórico, ninguém da comunidade quer mexer. Uma parte dessa água desce para a comunidade, lá tem um caminho dos antigos, fonte de comunicação com Porto Velho [um Remanescente de Quilombo próximo].

Mateus (técnico ONG): Mas por que é sagrado?

25 É recorrente entre as lideranças quilombolas do Vale do Ribeira a palavra parceiros para designar os técnicos de ONGs e os órgãos estatais dentre outras instituições que atuam na região. Esse termo parece ter sido difundido, num primeiro momento, entre as próprias instituições estatais e ONGs que trabalham com esses coletivos. Não observei o uso desse termo fora do contexto das reuniões.

Paulino (quilombola): É patrimônio sagrado, tem vestígio dos antigos lá, há 150 anos meus avós moraram lá. Rufino morava lá. Será que só Parque pode preservar, a gente de cá não pode preservar?

Mateus (técnico ONG): Mas vocês têm que ter mais argumentos para convencer a Fundação Florestal de que esta área é importante para vocês.

Paulino (quilombola): É tão bonito o mato que até a onça vem passear. Ouro, pra quem gosta de ouro, lá tem também. Têm caças que só vão pra lá, assustadas com o barulho das pessoas. O caminho para Cangume [Remanescente de Quilombo próximo] também é por ali. Fazenda do Furquim... A fazenda do Furquim também é de antigos, mas está com rolo com empresas. Nós vamos preservar, ninguém vai mexer. Tem mexeriqueira, jabuticabeira, vestígio de roça. Pedro trabalha lá.

Mateus (técnico ONG): No futuro, como pensam em usar?

Josué (quilombola): Espalhar família que for crescendo. Tem água limpa, cachoeira...

Mateus (técnico ONG): Explorar turisticamente as cavernas, pesquisa, manter as passagens para outras comunidades, remédios.

Josué (quilombola): Lazer para nossos familiares. Família que está fora, chamar para voltar. Nossas famílias foram muito sofredoras, a gente quer que eles voltem. Bastante parente, a família nossa. Bastante família. É que com a situação difícil, eles foram embora.

Mateus (técnico ONG): Dentro da Fundação Florestal há pessoas que querem dar apenas esse pedaço para a comunidade, outras não. É uma briga lá dentro também.<sup>26</sup>

O desenrolar dessa reunião resultou numa proposta da ONG para que a comunidade optasse por se tornar uma Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN), uma categoria de Unidade de Conservação (UC) em que o proprietário, no caso a Associação, por vontade própria, compromete-se a conservar a área e garantir sua proteção. Essa opção se mostrava bastante complexa por dois motivos. O primeiro é o plano de manejo específico e mais restritivo de uma RPPN. O segundo é a irreversibilidade da decisão, pois uma vez criada a RPPN não poderia ser posteriormente modificada.

Outras reuniões se seguiram, nas quais se decidiu que a extensa área conhecida como Areias pelo estado, e como Córrego Grande por seus habitantes, seria incorporada ao PETAR. Quando perguntei a um dos técnicos envolvidos nas negociações sobre o desfecho desse processo, ele me explicou que aquela

26 Notas de Caderno de Campo. Diálogo entre quilombolas e técnicos da ONG, Reserva do Betary, Iporanga-SP, 2013.

foi a solução encontrada, tendo em vista a urgência da retomada do processo de reconhecimento territorial da comunidade. Nessa conversa, meu interlocutor citou outras negociações em que lugares importantes para as comunidades quilombolas foram deixados de fora do território demarcado. Essas decisões demonstram as tensões e os desacordos que marcam o diálogo e as negociações concernentes às políticas de gestão ambiental e territorial. Um processo bastante similar é descrito por Marisol de La Cadena,<sup>27</sup> que mostra como a aliança entre ONGs e camponeses nos Andes Peruanos contra a expropriação de sua terra ou projetos de mineração é atravessada por equívocos reconhecidos como tais. Sabe-se que para garantir alguns direitos, às vezes os *tirakuna*, ou seres-da-terra, acabam ficando de fora da negociação.

O esforço de descrição desse encontro entre diferentes e tensionadas perspectivas coloca a importância de discussões que problematizem os procedimentos de regularização fundiária para além dos termos e critérios de elegibilidade e categorias jurídicas que definem o direito à terra. Entretanto, importa ressaltar que não se trata de elaborar uma mera crítica à racionalidade estatal ou ao aparato documental e técnico que caracteriza o processo de regularização territorial, justamente porque esse movimento torna um território quilombola, bem como sua gente visíveis ao Estado. O que esses coletivos quilombolas com os quais convivi e dialoguei nos ensinam é que o modo como experimentam a vida, produzem conhecimentos e mapeiam o mundo pode ser muito distinto daquele experimentado pela razão estatal e que, sendo distintos, é na interpenetração constante entre esses modos de compor o mundo que os direitos territoriais quilombolas são garantidos.

---

27 De La Cadena (2015).